



ISSN 1984-5634

ARTIGO LIVRE

NECROPOLÍTICA E MEMÓRIA: APONTAMENTOS SOBRE A QUESTÃO DA PALESTINA

Necropolitics and Memory: Notes on The Question of Palestine

VITORIA MIRON HUSEIN¹

RESUMO

Este artigo propõe uma reflexão conceitual sobre as narrativas em torno da Questão da Palestina, problematizando o uso recorrente dos termos “guerra” e “conflito”, que contribuem para a invisibilização do genocídio e da limpeza étnica palestina, enraizados em um legado colonial. Rejeita-se a interpretação do caso palestino como um “conflito religioso” ou como um embate entre forças bélicas equiparáveis, defendendo-se, por razões teóricas e políticas, a adoção de categorias como “genocídio” e “ocupação”. A partir da análise de recortes jornalísticos, dados de reportagens e registros midiáticos que quantificam e dimensionam a violência imposta à população palestina, o artigo busca confrontar narrativas hegemônicas que naturalizam a morte e despolitizam a ocupação. O objetivo é suscitar questionamentos e fomentar reflexões críticas sobre memória e escrita da história frente ao genocídio palestino, evidenciando o papel das narrativas públicas na produção de silenciamentos, apagamentos e disputas de sentido.

PALAVRAS-CHAVE: Questão da Palestina; Genocídio; Memória; Narrativa histórica; Colonialismo.

GESTÃO EDITORIAL:

Bruna Cristina Oliveira Pupe
Pedro Haas Zanotto

SUBMETIDO: 18/08/2025

ACEITO: 09/01/2026

ABSTRACT

This article offers a conceptual reflection on narratives surrounding the Question of Palestine, critically examining the recurrent use of the terms “war” and “conflict,” which contribute to the invisibilization of genocide and ethnic cleansing rooted in a colonial legacy. The analysis rejects interpretations that frame Palestine as a “religious conflict” or as a confrontation between equivalent military forces, arguing instead for the use of categories such as “genocide” and “occupation.” Drawing on journalistic excerpts, media records, and reports that quantify and give dimension to the violence imposed on the Palestinian population, the article seeks to challenge hegemonic narratives that naturalize death and depoliticize occupation. The article aims to raise questions and promote critical reflections on memory and historical writing in the face of the ongoing Palestinian genocide, highlighting how public narratives shape silences, erasures, and disputes over meaning.

KEYWORDS: Question of Palestine; Genocide; Memory; Historical Narrative; Colonialism.

COMO CITAR:

HUSEIN, V. M. Necropolítica e memória: apontamentos sobre A Questão da Palestina. *Aedos*, Porto Alegre, v. 18, n. 41, p.319-333, ago.–dez., 2026.

<https://seer.ufrgs.br/aedos/>

¹ Doutoranda em História pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e bolsista CNPq, pesquisadora do Núcleo de Estudos Palestinos (NEP) da Universidade Federal do Paraná. ORCID iD: 0009-0008-5922-7003. E-mail: vitoria.husein@acad.ufsm.br.

Desde outubro de 2023, quando iniciaram os atrozes acontecimentos na Faixa de Gaza, algumas pessoas ainda relutam ao usar os termos “guerra/conflito” entre Israel e *Hamas*. Esta postura nos permite reflexões a respeito do papel que o colonialismo desempenha, até os dias atuais na invisibilização do genocídio e limpeza étnica na Palestina e sobre o papel do historiador no que tange a questões de memória e narrativa. Com os últimos acontecimentos que se deram na

Palestina, muitas narrativas permeadas de revisionismos, negacionismos e *fake news* vieram à tona. A partir destes discursos, podemos tecer análises e reflexões sobre a necessidade de uma escrita comprometida com um viés de reparação histórica deste passado e presente colonizados. De antemão, alguns elementos devem ser pontuados para situar o leitor na temática e postura teórica deste artigo. Julgo que a utilização dos termos “guerra” ou “conflito” para referência aos acontecimentos que se dão na Palestina desde a *Nakba* em 1948 não são suficientes. Prefiro, por questões conceituais e teóricas, utilizar os termos “genocídio”, “ocupação”, “limpeza étnica”, ou até mesmo “A Questão da Palestina”, amparada pelos estudos de Ilan Pappé (2012), Domenico Losurdo (2020) e Edward Said (2012). Considero que os termos “guerra” ou “conflito” estruturam uma ideia equivocada de poderio bélico equiparável, ou até mesmo podem induzir uma leitura que cai no lugar-comum de “conflito religioso”, premissa que já devia ter sido superada, mas que ainda pode ser encontrada em inúmeras narrativas, principalmente nos canais de comunicação da mídia ocidental. Julgo que é dever da Academia tratar esta temática com a profundidade que ela requer, principalmente levando em conta os padrões eurocêntricos que ainda se mantém nos currículos acadêmicos, institucionalmente. Minhas reflexões e análises têm compromisso com a causa Palestina e pretendem contribuir para o campo de estudos anticoloniais com a preocupação de quebrar com discursos rasos sobre A Questão da Palestina na atualidade.

É importante destacar que a visibilidade recente da Questão Palestina, sobretudo após os ataques sistemáticos a Gaza desde outubro de 2023, não deve nos levar a compreender este processo como algo novo. A comoção internacional, provocada pela brutalidade e pela dimensão do massacre transmitido quase em tempo real, ofusca por vezes o fato de que a ocupação, a violência e a violação sistemática de direitos humanos acompanham o povo palestino há décadas. Desde a *Nakba*, em 1948, a história palestina tem sido marcada pelo deslocamento forçado, pela militarização de seu território, agenciamento de milícias sionistas que interferem no cotidiano dos civis e pela imposição de um regime de exceção permanente que nega direitos de diferentes esferas (civis, políticos e sociais). O genocídio em curso em Gaza, portanto, é apenas a face mais visível e dramática de uma trajetória contínua de opressão colonial, na qual a desumanização dos palestinos e a naturalização de suas mortes aparecem como elementos centrais. Reconhecer essa historicidade é essencial para não reduzir a tragédia atual a um episódio isolado, mas compreendê-la como expressão de um longo processo de violências que atravessam gerações.

Além disso, este artigo parte do pressuposto de que a construção da memória e da história pública é um processo intrinsecamente político, atravessado por relações de poder, hegemonias discursivas e disputas pelo sentido do passado. Ao refletirmos sobre a Palestina, torna-se evidente que os registros históricos e midiáticos muitas vezes reproduzem visões seletivas e enviesadas,

invisibilizando experiências de violência sistemática, deslocamentos forçados e genocídios graduais. Nesse sentido, compreender o papel da memória coletiva e da história pública implica analisar como certos eventos são lembrados, esquecidos ou distorcidos, e como essas representações moldam percepções contemporâneas de justiça, legitimidade e reconhecimento internacional.

Nessa perspectiva, torna-se relevante recorrer à reflexão de Jacques Le Goff, para quem a memória é um terreno permanente de disputa, no qual grupos sociais buscam impor seleções, silenciamentos e hierarquizações do passado. Ao afirmar que “tornarem-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas.” (Le Goff, 1990, p. 368), o autor chama atenção para o fato de que toda memória coletiva é construída, manipulada e frequentemente apropriada por quem detém maior controle simbólico e político. No caso palestino, essa disputa se torna ainda mais evidente: a hegemonia de narrativas coloniais, frequentemente difundidas por Estados, mídias ocidentais e instituições internacionais, tenta apagar ou deslegitimar a experiência histórica dos palestinos, naturalizando a violência colonial e apagando as continuidades da *Nakba*. Assim, a análise da Questão da Palestina à luz de Le Goff revela como a disputa pela memória é também uma disputa por visibilidade, reconhecimento mas, sobretudo, por poder.

A discussão proposta por Le Goff sobre o controle da memória pode ser aprofundada a partir da reflexão de Jan-Werner Müller, para quem a memória não apenas é disputada, mas desempenha um papel diretamente político. Como argumenta o autor, a memória molda “constelações de poder no presente”, atuando tanto como limite quanto como possibilidade para ações políticas, diplomáticas e institucionais (Müller, 2002, p. 2-3). Para Müller, os Estados e seus aparatos narrativos não apenas reinterpretam o passado, mas o recodificam de forma oficial, por vezes de maneira violenta, a fim de legitimar políticas contemporâneas e estabelecer marcos de legitimidade que articulam poder, justiça e reconhecimento. Ao aplicar essa perspectiva ao caso palestino, torna-se evidente que a disputa pela memória não se restringe ao campo cultural: ela opera como instrumento de poder geopolítico e de legitimação internacional. As leituras hegemônicas que enquadram a Palestina sob categorias como “conflito”, “disputa territorial” ou “segurança nacional” operam exatamente nesse sentido — moldando o quadro político atual e justificando medidas que perpetuam o colonialismo e o genocídio sob a aparência de ações legais ou necessárias. Sob a lente de Müller, portanto, compreender a memória palestina é compreender também as políticas globais que se estruturam para silenciá-la, reconfigurá-la ou substituí-la por narrativas que sustentem regimes de poder desiguais.

Além do referencial teórico aqui mobilizado, este artigo se baseia em um conjunto de fontes que permitem observar a tragédia palestina em números que confrontam as narrativas hegemônicas

ocidentais que insistem em nomear tais violências como mero “conflito”. É a partir dessa combinação de fontes e referências teóricas que busco refletir sobre a barbárie perpetrada contra os palestinos e o papel da história pública neste processo.

O estudo do genocídio palestino, nesse sentido, permite discutir como os processos coloniais históricos continuam a marcar a produção de conhecimento e as narrativas oficiais sobre territórios ocupados, populações marginalizadas e conflitos prolongados. Ao considerar a memória como dívida ética — como propõe Paul Ricoeur (2007) —, o historiador se depara com o desafio de não apenas registrar eventos, mas também reconhecer responsabilidades históricas e, quando possível, contribuir para a reparação simbólica de injustiças. A partir dessa perspectiva, a escrita histórica não se limita à reconstrução factual do passado, mas se torna um instrumento de engajamento crítico e de intervenção ética, capaz de questionar narrativas naturalizadas ou minimizadoras da violência colonial e genocida.

Outro ponto crucial que fundamenta este artigo é a discussão sobre os documentos e fontes históricas como registros simultaneamente culturais e de violência, conforme aponta Walter Benjamin (1996). Cada documento, seja ele textual, visual ou oral, carrega em si a marca da barbárie que o atravessou e da estrutura de poder que o produziu, reforçando a necessidade de leituras críticas e comprometidas com a justiça histórica. Assim, ao investigar a Palestina por meio de fontes diversas, aqui, através de registros midiáticos, declarações e documentos oficiais, este artigo busca mostrar como a história pública deve ser compreendida como campo de disputa entre diferentes memórias e narrativas, sempre com atenção à desigualdade estrutural de poder e à necessidade de amplificar vozes historicamente silenciadas. Assim, o trabalho divide-se em duas seções: a primeira, dedica-se a retomar características sobre regimes coloniais e a trajetória da Palestina desde a *Nakba*, em 1948. Posteriormente, vamos aprofundar as discussões acerca de questões que envolvem questões de história pública, atuação dos docentes de História e a Questão da Palestina.

Portanto, a intenção desta introdução é situar o leitor na complexidade do objeto de estudo, destacando que a análise do genocídio palestino não pode se restringir a categorias simplistas. Ao contrário, ela exige um olhar sensível às dimensões éticas da memória, às implicações políticas da narrativa histórica e à responsabilidade do historiador em enfrentar discursos que naturalizam ou ocultam violência. O presente artigo, assim, propõe-se a refletir sobre esses desafios, discutindo de que maneira memória e história pública podem ser articuladas de modo crítico e comprometido com a visibilidade e reparação histórica da Questão da Palestina.

COLONIALISMO, NAKBA E A QUESTÃO DA PALESTINA

As experiências advindas da colonização, em qualquer que seja seu espaço geográfico, reverberam até o tempo presente. Foi através do colonialismo que os países do ocidente se organizaram enquanto grandes potências mundiais no século XX, sob a exploração e violência que perpetraram sobre outros povos. A estas experiências atrozes podemos relembrar a colonização belga no Congo, a Guerra do Vietnã, a colonização britânica na Índia, entre outros ocorridos em países como Senegal, Ruanda, Argélia, Líbia, Síria, Angola e Irã. Domenico Losurdo (2020) nos diz em *Colonialismo e Luta Anticolonial* que: “[...] o colonialismo é sinônimo de pilhagem e de exploração.” (2020, p. 33). Um dos genocídios perpetrados pelo ocidente é o que acontece na Palestina desde meados do século XX, quando através da ideologia sionista, apoiada por potências europeias, foram lançadas as bases para a construção de um estado judeu na Palestina.

Os episódios que vêm acontecendo na Palestina desde outubro de 2023 têm um lastro histórico que perpassa todo o século XX. A criação do sionismo no final do século XIX talvez seja o ponto principal de partida deste processo. Inspirada no nacionalismo europeu e no colonialismo, o sionismo buscava um território para construir uma nação para os judeus, que estavam espalhados em diferentes partes do mundo. Com apoio da Inglaterra, uma das vencedoras da Primeira Guerra Mundial e, portanto, possuidora do domínio daquele território que outrora foi controlado pelo Império Turco Otomano, o lugar escolhido para colocar em prática os planos sionistas foi a Palestina (Said, 2012). É interessante destacar, entretanto, que outros lugares foram considerados para a instauração do estado judeu; a Palestina foi apenas uma das opções consideradas. A Declaração de Balfour, promulgada em 1917, talvez seja o documento mais emblemático do apoio britânico ao plano de colonização. A

grande questão que se coloca é que no território escolhido para a construção deste supracitado lar judeu, habitava um contingente expressivo de pessoas, entre elas cristãos, judeus e uma maioria de árabes-muçulmanos. É pertinente ressaltar aqui o caráter racista da ideologia sionista, que subjugava os árabes-muçulmanos da Palestina, colocando-os em suas narrativas enquanto bárbaros, incivilizados, incapazes de auto-determinação. A fim de construir o estado judeu, já na primeira metade do século XX os sionistas fomentaram através de financiamentos a migração de judeus para a Palestina, fazendo com que a população de pessoas de fé judaica aumentasse de maneira expressiva neste período, como pontua Said:

[...] a política britânica tornou o sionismo seu beneficiário, demograficamente falando. O aumento natural numa população é normalmente de 1,5% ao ano, mas o número de judeus na Palestina entre 1922 e 1946 cresceu em média 9% ao ano, estimulado pela política britânica de forçar uma maioria judaica no país. Somente em 1927, esse aumento chegou a 28,7% e, em 1934, a 25,9% (Said, 2012, p. 61).

Em 1947, a Organização das Nações Unidas propôs a divisão do território entre Israel e Palestina, com 14.000km² para 700.000 judeus e 11.000km² para um milhão de palestinos (Teles, 2024). Porém, é em 1948 que este processo histórico tem um de seus maiores marcos: a *Nakba*. A palavra do árabe, significa “catástrofe”. Em outros tipos de narrativa, poderíamos observar outra terminologia para falar sobre o mesmo evento: independência do Estado de Israel. 1948 foi o ano em que os sionistas praticaram vis atos de terrorismo no território palestino, invadindo suas casas, destruindo suas aldeias, vilarejos e cidades, fuzilando-os, estuprando-os, expulsando-os de suas terras (Pappé, 2012). A partir da *Nakba* e da criação do Estado de Israel a História da Palestina é perpassada por inúmeras violações dos direitos humanos, criação de assentamentos judaicos ilegais, avanço na ocupação da terra e submissão de árabes-palestinos a uma cidadania de segunda classe em território israelense. É nesse contexto que se inserem os acontecimentos na Palestina desde outubro de 2023; é evidente que a ocupação israelense tomou novos contornos ao longo do tempo, afinal, os processos não são estáticos, porém, em geral, lançam mão da violência e arbitrariedade.

É importante mencionar que os palestinos resistiram à dominação e ocupação colonial desde seus primórdios. Por exemplo, antes da *Nakba*, ao perceberem que a migração de judeus estava sendo forçada, os palestinos reivindicaram contra, realizando greves (Teles, 2024). Seja pela negociação, como fez Yasser Arafat nos Acordos de Oslo, ou pelo enfrentamento armado, como nas intifadas, homens e mulheres palestinos estavam atentos às movimentações sionistas. Até mesmo a participação de atletas palestinos nas Olimpíadas de 2024 pode ser vista como um ato de resistência, visto que cerca de 400 deles não tiveram chances de participar pois foram assassinados em Gaza desde outubro de 2023². A presença palestina nos Jogos Olímpicos, portanto, ultrapassa o campo esportivo e assume um caráter profundamente político e simbólico. Cada atleta que carrega a bandeira da Palestina diante das câmeras do mundo reafirma a existência de um povo que o colonialismo tenta apagar. Em meio à destruição e à morte, a participação desses atletas reafirma a permanência da vida, da memória e da identidade palestina diante do projeto de apagamento sionista.

2 SANTOS, Claudia. Atletas palestinos são resistência nas Olimpíadas de Paris. Brasil de Fato. São Paulo, 16 jul. 2024. Disponível em: <https://www.brasildefatores.com.br/2024/07/16/atletas-palestinos-sao-resistencia-nas-olimpiadas-de-paris>. Acesso em 1 ago. 2024.

Concordo com Said (2012) ao afirmar que, na prática, a Palestina deixou de existir enquanto território. Ela persiste apenas como uma ideia, uma experiência política e humana (Said, 2012, p. 5), sustentada pela resistência dos milhares de palestinos que vivem sob ocupação e dos muitos outros que compõem a diáspora. Esse povo e sua luta encarnam o que se entende por Questão da Palestina. As marcas do colonialismo sionista se manifestam cotidianamente tanto na vida dos que enfrentam o *apartheid* israelense quanto na daqueles que vivem dispersos pelo mundo.

Nesse sentido, acredito que podemos estabelecer um diálogo com o que nos diz Jeanne Marie Gagnebin (2006) em seu trabalho *Lembrar, escrever, esquecer*. A autora pontua que precisamos nos apropriar das questões que se colocam no tempo presente para olhar para o passado. Em seu texto a autora nos convida a pensar sobre a construção do conhecimento histórico em tempos de distorções narrativas. Gagnebin afirma que “[...] a ameaça que as investidas atuais do esquecimento e da denegação fazem pesar sobre a escrita da história.” (2006, p. 45); em alguns casos, estas investidas de esquecimento e denegação não são tão atuais assim. Vamos retornar aos primórdios da ocupação sionista, no início do século XX. O projeto sionista não se apoiou apenas em ações materiais para consolidar o Estado de Israel. A expulsão, desapropriação, assassinato de palestinos e a destruição de suas casas, aldeias e cidades constituíram apenas uma parte do plano de dominação territorial; outra parte fundamental ocorreu no campo das narrativas. Ao negar deliberadamente a existência da população palestina anterior à ocupação israelense, os sionistas buscaram legitimar a violência que exerceram. Esse discurso oscilava entre dois eixos: a negação absoluta da existência dos palestinos, como expressa o slogan sionista “uma terra sem povo para um povo sem terra”, e a subordinação desses sujeitos, sobretudo os árabes muçulmanos. Said, ao citar o discurso de Golda Meir em 1969, quando afirmou que “os palestinos não existiam”, acrescenta ainda o seguinte trecho:

Sem dúvida, no que diz respeito ao Ocidente, a Palestina é um lugar onde uma população recém-chegada e relativamente avançada (porque europeia) de judeus realizou milagres em construção e civilização e lutou guerras tecnológicas brilhantemente vitoriosas contra o que sempre foi retratado como uma população parva e essencialmente repulsiva de árabes nativos incivilizados. Não há dúvida de que a disputa na Palestina é entre uma cultura evoluída (e em evolução) e outra relativamente retrógrada e, até certo ponto, tradicional. (Said, 2012, p. 10)

Ou ainda:

Os árabes são orientais, portanto menos humanos e preciosos que os europeus e os sionistas; são traiçoeiros, degenerados, etc. Acima de tudo, não merecem ter um país, mesmo que a vantagem numérica pareça lhes dar esse direito. [...] O sionista une-se ao branco contra o oriental de cor, cuja principal reivindicação política parece ser apenas quantitativa (seu número bruto) ou, do contrário, carente de qualidade; e o sionista - porque “conhece a mente oriental por dentro” - também representa o árabe, fala por ele, explica-o ao europeu. [...] O sionismo e Israel eram associados ao liberalismo, à liberdade e à democracia, ao conhecimento e ao esclarecimento, àquilo que “nós” entendemos e pelo qual lutamos. Em contrapartida, os inimigos do sionismo eram simplesmente uma versão moderna do espírito alienado do despotismo oriental, da sensualidade, da ignorância e outras formas de retrocesso. Se “eles” não compreendiam a iniciativa gloriosa que era o sionismo, era porque “eles” estavam irremediavelmente desconectados dos “nossos” valores. Aparentemente, não importava que o muçulmano atrasado tivesse seu próprio modo de vida, ao qual ele tinha direito como ser humano, ou que seu apego à terra em que

vivia fosse tão grande ou talvez até maior - em virtude dos séculos de investimento na habitação real - que o dos judeus que ansiavam em seu exílio por Sião. O que importava eram os ideais etnocêntricos que foram apropriados pelo sionismo e que valorizavam a superioridade do homem branco e seu direito sobre territórios considerados consoantes com esses ideais (Said, 2012, p. 32-34).

A partir destes trechos, podemos perceber que aos palestinos era relegada a negação completa de suas existências e o racismo, a inferioridade e a incapacidade de autodeterminação.

Frantz Fanon (2008), em *Pele Negra, Máscaras Brancas*, nos permite pensar o colonialismo não apenas como uma estrutura de dominação material, mas também como um projeto epistemológico, que busca impor um regime capaz de naturalizar a subordinação e deslegitimar formas de saber e de existência outras. O atravessamento da violência colonial se dá, portanto, tanto na vida material, quanto no campo simbólico e cultural, onde se tenta apagar ou reprimir identidades, línguas, tradições, saberes ancestrais, culinária, religiosidades, memórias coletivas, entre outros. Esses dois polos discursivos permearam a construção do “Estado de Israel” e moldaram muitas das narrativas sobre a Palestina desde 1948.

O apagamento da Questão da Palestina atravessa fronteiras e se manifesta nos meios acadêmicos, nos livros de História, nos currículos escolares e na grande mídia, onde a experiência palestina é frequentemente silenciada, marginalizada ou enquadrada sob a ótica do “terrorismo” ou do “conflito religioso”. A violência colonial se materializa ainda na documentação e nos registros estatais: aqueles que foram expulsos ou deslocados de suas terras perderam seu direito à documentação palestina, sendo obrigados a viver sob identidades impostas – jordanianos, libaneses, apátridas – em um processo de esfacelamento da cidadania e da memória. Trata-se de um verdadeiro esforço de desumanização, através do qual o colonizador busca não apenas dominar militarmente, mas também controlar a própria possibilidade de existência e reconhecimento de um povo pela comunidade internacional como capaz de autodeterminar-se.

As estratégias narrativas do sionismo e as justificativas de segurança nacional invocadas pelo Estado de Israel ao longo de sua história permitem relacionar esse projeto político ao conceito de necropolítica de Achille Mbembe (2018). Mbembe emprega este conceito para descrever projetos de poder, frequentemente enraizados no colonialismo, que, em nome da soberania, decidem quem tem direito à vida e quem deve ser condenado à morte. Esses indivíduos ou grupos não apenas podem ser eliminados fisicamente, como também podem ser deliberadamente abandonados à morte, quando o Estado omite socorro ou nega meios básicos, tornando-os vulneráveis a circunstâncias que aumentam drasticamente o risco de óbito. Mbembe (2018, p. 41) até mesmo afirma que “A forma mais bem-sucedida de necropoder é a ocupação colonial contemporânea da Palestina”. Embora divirja de Mbembe quanto à possibilidade de uma dominação colonial totalmente absoluta — afinal, a resistência palestina se manifesta desde os primórdios da ocupação —, reconheço sua observação de que essa forma de controle articula diferentes modalidades de poder, entre elas o “[...]

disciplinar, biopolítico e necropolítico” (2018, p. 48). Essa sobreposição de mecanismos de dominação militariza o cotidiano e transforma profundamente as dinâmicas sociais no território, relegando aos palestinos uma condição de cidadania inferior e constantemente vigiada. Durante a pandemia da COVID-19, por exemplo, houve discrepância na distribuição de vacinas entre palestinos

e israelenses dentro do mesmo território³. A recusa em garantir imunização equitativa, somada ao bloqueio de insumos e restrições de circulação na Faixa de Gaza, demonstrou que a necropolítica não se limita ao campo militar, mas se infiltra nas práticas cotidianas de gestão da população. Nesse sentido, a pandemia evidenciou a lógica seletiva da ocupação, em que a proteção da vida é privilégio de alguns e a vulnerabilidade, uma condição imposta a outros. Tal cenário confirma a leitura de Mbembe (2018) sobre a Palestina como o exemplo mais acabado de um regime necropolítico, espaço em que o Estado define, de maneira sistemática, quem pode viver e lembrar.

Em outubro de 2023 o partido político palestino *Hamas*, criado em 1987, realizou ataques ao Estado de Israel, o que gerou uma ofensiva completamente desproporcional e que completou 763 dias em 08/11/2025, apesar de seguir acontecendo quando se escreve esse texto. Desde então, o genocídio soma 68,229 mortos; entre eles 20,179 eram crianças.⁴ A “guerra” declarada por Israel é, teoricamente, contra o *Hamas*, mas, se levarmos em conta que a maior parte das pessoas que estão sucumbindo ao poderio bélico israelense são civis palestinos, em sua maioria mulheres e crianças, podemos visualizar o bode expiatório criado em torno do *Hamas*. Israel, ao afirmar sua soberania, está ditando quem pode viver e quem deve morrer; esta seleção e prática de extermínio tem historicidade e remete ao século XX, quando a ocupação colonial começou. Matam-se as crianças para que não cresçam e as mulheres para que não gerem novas vidas. Desde 1948 a realidade palestina é permeada por diversos episódios violentos que contam com expropriações, assassinatos, prisões arbitrárias/administrativas⁵, instalação de *checkpoints* no território, saques, estupros⁶, bombardeios, etc. Como pontuou Aimé Césaire em *Discurso contra o colonialismo*:

Entre colonizador e colonizado, só há lugar para o trabalho forçado, a intimidação, a pressão, a polícia, o imposto, o roubo, a violação, as culturas obrigatórias, o desprezo, a desconfiança, a arrogância, a suficiência, a grosseria, as elites descerebradas, as massas aviltadas (Césaire, 2020, p. 24).

É extremamente pertinente pontuar que a ocupação sionista está preocupada em erradicar os palestinos e qualquer tipo de reminiscência que os vincule à terra. Um exemplo emblemático é a destruição de cemitérios palestinos. Segundo a CNN, pelo menos 16 cemitérios palestinos foram atingidos pela violência sionista entre 2023 e 2024.⁷ Ao impedir que os palestinos enterrem e cultivem a memória daqueles que se foram, ao destruir túmulos, desenterrar seus mortos e revirar a terra de

3 KENNES, Matthias. Israel e Palestina: desigualdade na distribuição de vacinas. Médicos sem fronteiras. 24 fev. 2021. Disponível em: <https://www.msf.org.br/noticias/israel-e-palestina-desigualdade-na-distribuicao-de-vacinas/>. Acesso em 01/08/2024.

4 4AL JAZEERA. Israel-Gaza war death toll: Live tracker. Publicado em 18 mar. 2025. Disponível em: <https://www.aljazeera.com/news/2025/3/18/gaza-tracker>

5 Israel prendeu 543 crianças palestinas em 2020, reporta advogado de direitos humanos. *Monitor do Oriente*. 2 fev. 2021. Disponível em: <https://www.monitordo Oriente.com/20210202-israel-prende-543-criancas-palestinas-em-2020-reporta-advogado-de-dir-eitos-humanos/>. Acesso em 01/08/2024.

6 Os indícios de estupros cometidos em ataque do Hamas a Israel em 7 de outubro, segundo a ONU. CNN News Brasil. São Paulo, 5 mar. 2024. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/c4nlz897e8go>. Acesso em: 1 ago. 2024.

7 DIAMOND, Jeremy. DARWISH, Muhammad. SALMAN, Abeer. BROWN, Benjamin. MEZZOFIORE, Gianluca. At least 16 cemeteries in Gaza have been desecrated by Israeli forces, satellite imagery and videos reveal. *CNN*. Tel Aviv, 20 jan. 2024. Disponível em: <https://edition.cnn.com/2024/01/20/middleeast/israel-gaza-cemeteries-desecrated-investigation-intl-cmd/index.html>. Acesso em: 22 jul. 2024.

suas covas, os sionistas violentam não só os mortos, mas também suas famílias vivas e profanam inúmeras memórias. Sem contar aqueles que, massacrados em bombardeios, não tiveram restos mortais identificáveis ou foram enterrados em valas comuns, o que não permite que suas famílias possam realizar os ritos de passagem ou de memória que normalmente realizariam.

A Questão da Palestina não pode e não deve ser entendida fora da categoria do colonialismo; qualquer compreensão do assunto que fuja desse limite está fadada a uma interpretação equivocada e tacanha. Indo na contramão do discurso hegemônico ocidental, o presidente do Brasil, Luis Inácio Lula da Silva, fez declarações públicas condenando Israel pelo genocídio palestino no dia 18 de fevereiro de 2024.

O que está acontecendo na Faixa de Gaza com o povo palestino, não existe em nenhum outro momento histórico. Aliás, existiu, quando Hitler resolveu matar os judeus. [...] Quem vai ajudar a reconstruir aquelas casas que foram destruídas? Quem vai reconstruir a vida de 30.000 pessoas que já morreram, 70.000 que estão feridos? Quem vai resolver a vida das crianças que morreram, sem saber que estavam morrendo? Isso é pouco? Pra mexer com o senso humanitário dos dirigentes políticos do planeta? (Lula, 2024)

A postura gerou instabilidade entre a relação Brasil-Israel e polarizou as opiniões no Brasil; setores da sociedade ligados à direita política criticaram duramente sua fala, inclusive tentaram, de maneira pífia e arbitrária, chamar um movimento pedindo o *impeachment* do mandatário. Para os setores posicionados à esquerda, as palavras de Lula foram tomadas como um corajoso e necessário discurso que vai de encontro ao silêncio/premissa de neutralidade perpetrado pela maioria dos canais de comunicação ocidentais. O pronunciamento tomou grandes proporções, repercutindo em diversos canais de notícias e nas redes sociais; Israel atribuiu ao presidente o título de *persona non-grata* por supostamente ter comparado o genocídio palestino como o Holocausto judeu na Segunda Guerra Mundial. Fica evidente que Lula, ao tocar no maior trunfo narrativo de Israel, o Holocausto, gerou um desconforto que mexe na memória daquele que parece ter sido o único genocídio ocorrido no século XX. O Twitter oficial de Israel inclusive fez uma postagem no dia 20 de fevereiro de 2024 afirmando que Lula negou explicitamente o Holocausto em seu pronunciamento. Essa disputa de narrativas que se mostra atualmente em torno da Questão da Palestina possui muitas nuances. Negacionismos e revisionismos abundam entre o uso indiscriminado do termo “antissemita” para atacar qualquer um que teça críticas ao sionismo, à construção do Estado de Israel e ao seu projeto político que visa consolidar a ocupação israelense em todo o território palestino.

Entretanto, o sionismo é o maior problema na Palestina atualmente. Ao observarmos os acontecimentos em Gaza desde outubro de 2023, o cenário é alarmante. De acordo com o *Nexo Jornal*, a população local ao final de 2023 era de aproximadamente 2,3 milhões de pessoas. Aproximando este dado com as informações divulgadas pela *Al Jazeera*, emissora sediada no Catar, constata-se que, em 15 de dezembro de 2025, havia em Gaza mais de 70.000 mortos, além de cerca de 171.000 feridos e mais de 14.000 desaparecidos. O portal *Al Jazeera* também afirma que 467 pessoas, entre elas, 157 crianças, morreram de fome em Gaza desde outubro de 2023.⁸ Uma análise proporcional desses números revela que cerca de 4% da população total foi morta, ferida ou desaparecida. Para efeito de comparação, estima-se que as mortes ocorridas durante a Segunda Guerra Mundial representaram cerca de 3% da

⁸ AL JAZEERA. *Israel-Gaza war death toll: Live tracker*. Publicado em 12 dez. 2025. Disponível em: <https://www.aljazeera.com/news/2025/3/18/gaza-tracker>

população mundial. Em termos relativos, portanto, o que se passa hoje na Faixa de Gaza configura um genocídio de proporções estarrecedoras. Losurdo (2020, p. 35) já havia apontado que até mesmo intelectuais judeus, como Victor Klemperer em 1996, acusaram semelhanças entre nazismo e sionismo.

Ainda assim, mesmo diante desses números e da longa trajetória desse genocídio, muitos continuam a empregar expressões como “guerra” ou “conflito” para se referir às ações entre Israel e Palestina, ou entre Israel e *Hamas*. Talvez o uso de termos mais precisos como “genocídio” ou “limpeza étnica” seja evitado por medo de soar radical. No entanto, é preciso lembrar que a neutralidade não existe: toda narrativa, mesmo aquela apresentada como mais “asséptica” ou “imparcial”, implica escolhas de ênfase e omissão. Considerando os dados de Gaza desde 7 de outubro de 2023 e o caráter histórico da colonização sionista na Palestina, fica evidente que os que insistem em adotar uma postura de suposta neutralidade, sejam historiadores, cientistas sociais ou comunicadores, acabam colaborando com o apagamento e a negação desse genocídio.

Escrevo não só para indicar a necessidade de reparação histórica com o passado dos palestinos, mas também para apontar questionamentos, pontas abertas que os historiadores deverão sanar em algum momento. Como será a escrita da história dos milhares de palestinos assassinados e enterrados em valas comuns? Daqueles que foram soterrados dentro de suas casas, ou dos que sequer deixaram restos mortais? Como podemos reparar a perda de uma história que se tenta apagar ou negar desde meados do século XX? Existe uma história possível para estas pessoas que não a história do genocídio, da limpeza étnica, da ocupação colonial?

Gagnebin (2006) destaca que o trabalho do historiador possui um caráter profundamente político e ético, pois envolve a responsabilidade de construir narrativas sobre o passado comprometidas em “[...] manter viva a memória dos sem-nome, ser fiel aos mortos que não puderam ser enterrados” (Gagnebin, 2006, p. 47). Evocar esses mortos e silenciados não é apenas um gesto simbólico, mas uma exigência ética que atravessa o próprio ato de escrever a História. Assim, ao tratarmos desse passado sem denunciar as violências do sionismo, acabamos por reproduzir o silêncio e legitimar essa ideologia. Não há possibilidade de neutralidade: toda narrativa, seja pelo silêncio, pela minimização ou pela nomeação direta da violência, representa, inevitavelmente, uma tomada de posição. A História, nesse sentido, não é apenas reconstrução objetiva de fatos, mas também disputa de sentidos, campo de embate entre memórias que buscam reconhecimento. Ao assumir a responsabilidade de escrever, precisamos cumprir, igualmente, a tarefa de inscrever no presente a memória dos vencidos, recusando a cumplicidade com narrativas que normalizam a barbárie.

Talvez uma das marcas mais significativas deste genocídio em curso seja o fato de que ele é transmitido, praticamente, em tempo real, desde outubro de 2023. Diferentes páginas em redes sociais, veículos alternativos e até mesmo coletivos de jornalistas independentes divulgam diariamente vídeos, fotos e relatos que denunciam as constantes violações de direitos humanos perpetradas pelo Estado de Israel. Muitos desses registros são extremamente gráficos, mostrando não apenas a escassez de alimentos, água e assistência médica, mas também corpos mutilados, feridos ou destruídos pelas bombas e tiros.

Essa exposição constante da violência não apenas documenta o sofrimento imediato do povo palestino, mas também consiste em um arquivo visual contemporâneo, ainda que fragmentado, que resiste aos esforços de apagamento histórico e à negação da memória palestina. A cada imagem, a cada relato, evidencia-se a dimensão necropolítica do colonialismo sionista: a gestão da vida e da morte é

deliberadamente utilizada como instrumento de dominação, subordinando a população palestina a uma cidadania de segunda classe e tornando visível a seletividade do poder sobre quem pode viver e quem deve morrer, tal como aponta Achille Mbembe (2018). Nesse sentido, os corpos atingidos não são apenas vítimas de um ataque militar; são registros de barbárie sistemática que atravessa gerações, recordando a necessidade ética de uma escrita histórica comprometida com a memória e a justiça. Ao mesmo tempo, a circulação dessas imagens e relatos exige dos historiadores e professores de história, em geral, uma reflexão crítica: testemunhar o sofrimento não é um ato neutro. Cada corpo mutilado, cada casa destruída, cada família dizimada representa não apenas vidas perdidas, mas também histórias, pertencimentos e direitos sistematicamente negados. Documentar e rememorar esses acontecimentos constitui, portanto, um ato de resistência contra a invisibilização e o revisionismo histórico, reafirmando a responsabilidade da história pública em amplificar vozes silenciadas e denunciar o caráter colonial e genocida do Estado de Israel.

Apesar da circulação massiva dessas imagens, a grande mídia hegemônica frequentemente se mantém reticente em nomear esses acontecimentos de forma contundente — evitando termos como “genocídio” ou “terrorismo”, preferindo enquadrar os eventos como “conflito” ou “guerra”. Além disso, insiste-se em centrar a narrativa no *Hamas*, como se isso pudesse justificar ou desviar a atenção das milhares de mortes de civis palestinos, mulheres, crianças e idosos. Essa seletividade da cobertura midiática revela não apenas o poder das hegemonias discursivas em moldar a percepção pública, mas também evidencia como o colonialismo contemporâneo se mantém na esfera narrativa, negando a dimensão do sofrimento palestino e minimizando a violência sistemática sofrida pelos palestinos.

MEMÓRIA, HISTÓRIA PÚBLICA E OS DESAFIOS DO FUTURO

Ao tratarmos da Palestina, a questão da memória se apresenta como um campo de disputa que ultrapassa o plano acadêmico e alcança a esfera da história pública. Lembrar ou esquecer a Palestina não é apenas uma escolha epistemológica, mas também uma posição política. A cada narrativa construída, professores, jornalistas, escritores e historiadores participam de uma arena de disputas em que está em jogo a dignidade e o direito à existência de um povo. Se pensarmos com Paul Ricoeur (2007), quando este nos fala sobre a “dívida de memória”, percebemos que existem passados que não podem ser quitados, violências que não podem ser reparadas e vidas que não podem ser restituídas. O desafio da escrita e do ensino sobre a Palestina é justamente o de se debruçar sobre essas dívidas impagáveis, reconhecendo que narrar esse passado é um ato de resistência e responsabilidade.

História pública é o campo que busca aproximar o conhecimento histórico de um público mais amplo, promovendo o diálogo entre pesquisadores, comunidades e diferentes espaços sociais na construção e divulgação de interpretações sobre o passado. Nesse sentido, a História Pública desempenha um papel crucial para pensar a Questão da Palestina: ao ocupar espaços de divulgação científica, redes sociais, documentários, museus, exposições e o ensino básico, o tema da Palestina ganha a possibilidade de alcançar públicos amplos, quebrando os silêncios impostos pela grande mídia ocidental e pelos currículos ainda eurocêntricos. Aqui se coloca um desafio para professores de História: como ensinar a Questão Palestina sem reduzi-la a um “conflito religioso”, mas apresentando-a em sua densidade colonial, genocida e de necropolítica? Como mobilizar recursos pedagógicos que

dêem conta não apenas de narrar os fatos, mas também de suscitar empatia, indignação e engajamento crítico nos estudantes?

Essas questões nos obrigam a pensar no papel dos futuros historiadores diante de um passado em aberto, um passado que ainda sangra. Como registrar para as próximas gerações os nomes daqueles que foram mortos sem deixar vestígios? Como narrar a destruição de cemitérios, a impossibilidade de ritos funerários, a profanação de memórias, senão como um crime contra a própria história? Se a memória palestina é atacada não apenas pela violência material, mas também pelo apagamento narrativo, cabe aos historiadores do presente e do futuro manter viva essas histórias, construindo narrativas contra-hegemônicas que deem voz aos silenciados.

Assim, a pergunta que se impõe não é apenas “como contar a história da Palestina?”, mas “para quem contar e com qual compromisso?”. Professores de História, ao levar este tema para as salas de aula, precisam estar cientes de que não se trata apenas de transmitir conhecimento, mas de assumir uma postura ética diante do sofrimento humano. O risco de se omitir ou de reproduzir narrativas coloniais é o de contribuir para o apagamento da memória de um povo inteiro. O desafio do futuro é, portanto, duplo: elaborar uma história a contrapelo, que reconheça a dívida impagável da violência colonial, e ao mesmo tempo inscrevê-la em práticas de memória que fortaleçam a luta palestina por existência e dignidade.

Arquivos, museus, livros didáticos e meios de comunicação são espaços onde se decide o que será lembrado e o que será esquecido. Se a narrativa oficial insiste em falar em “guerra” ou “conflito”, cabe aos historiadores e professores de História tensionarem essas escolhas e mostrarem como elas estão a serviço de uma ideologia colonial que pretende normalizar a violência. Escrever sobre a Palestina, portanto, significa travar uma batalha contra o esquecimento planejado.

No campo da história pública, a questão se coloca de maneira ainda mais urgente. Como construir exposições, materiais educativos, produções audiovisuais e conteúdos digitais que não apenas informem, mas também provoquem reflexão crítica sobre o colonialismo e a necropolítica em curso? Ao contrário do que muitas vezes se pensa, a história pública não é apenas divulgação, mas também uma prática de engajamento com o presente. Levar a Palestina às salas de aula, aos museus, às redes sociais e aos debates públicos é um ato que rompe o silêncio imposto pela narrativa dominante e devolve humanidade aos que foram desumanizados.

Isso nos coloca diante de um desafio específico para os professores de História: como ensinar um tema tão sensível e permeado por discursos hegemônicos? Como lidar com acusações de “parcialidade” ou mesmo de “antisemitismo” quando se denuncia o caráter colonial do sionismo? Essas questões exigem que o professor se posicione não como transmissor neutro de informações, mas como mediador crítico, capaz de apresentar aos estudantes a complexidade do tema e de evidenciar as disputas de memória que atravessam a Questão da Palestina. O silêncio, aqui, também é um posicionamento — e um posicionamento conivente com o apagamento da história palestina.

Por fim, cabe colocar provocações aos historiadores do futuro: como será possível narrar o genocídio palestino quando parte significativa de seus registros foi deliberadamente destruída? Como escrever a história dos que desapareceram em valas comuns, dos que não tiveram direito ao enterro, dos que sequer tiveram seus nomes preservados? Essa é uma tarefa ética e política que ultrapassa os

limites da disciplina e convoca os historiadores a se perguntarem constantemente a quem serve a história que escrevem.

CONCLUSÃO

Trazida à tona pela mídia ocidental desde outubro de 2023, a Questão da Palestina reaparece de maneira quase impossível de ser ignorada; mas, ao emergir, traz consigo diferentes narrativas que entram em disputa. O genocídio palestino, em curso desde o século XX, não pode ser abordado fora da categoria do colonialismo; fazê-lo implica reproduzir um discurso parco, ainda amplamente difundido, que fragmenta a limpeza étnica na Palestina em episódios isolados e desprovidos de historicidade, nomeando-os como “Guerra entre Israel e *Hamas*”, “Guerra Árabe-Israelense”, “Conflito Israelo-Palestino” ou mesmo “conflitos religiosos no Oriente Médio”. Como argumentado ao longo deste artigo, essas nomeações não são neutras: elas participam ativamente da disputa pela memória e pela legitimidade política no presente.

Nesse sentido, a reflexão de Jacques Le Goff (1990) mostra-se fundamental para compreender por que a memória palestina é sistematicamente atacada, silenciada ou reconfigurada. Ao afirmar que se tornar “senhor da memória” e do esquecimento constitui uma preocupação central dos grupos dominantes, Le Goff nos permite reconhecer que o apagamento da historicidade palestina não é um efeito colateral do discurso, mas parte de uma estratégia de poder. No caso da Palestina, a disputa pela memória é também uma disputa por visibilidade, reconhecimento e existência política, na qual narrativas coloniais buscam naturalizar a violência e transformar o genocídio em “conflito”.

Essa dimensão política da memória torna-se ainda mais evidente quando mobilizamos a contribuição de Jan-Werner Müller (2002). Como discutido, a memória molda constelações de poder no presente e estabelece quadros normativos que orientam políticas internas e internacionais. Ao enquadrar a Palestina como um problema de “segurança”, “disputa territorial” ou “equilíbrio entre partes”, Estados, instituições internacionais e grandes meios de comunicação não apenas reinterpretem o passado, mas produzem legitimidades que sustentam ações coloniais no presente. A disputa narrativa em torno da Questão da Palestina, portanto, não se limita ao campo simbólico: ela condiciona decisões políticas, silencia responsabilidades históricas e restringe horizontes de justiça.

É a partir dessas disputas que se torna inevitável perguntar por que é necessário rememorar (e como rememorar) a Questão da Palestina. Ou ainda: como escrever a história de um genocídio em curso? Como produzir uma “história a contrapelo”, nos termos benjaminianos, sem enfrentar o colonialismo, o racismo sionista, o imperialismo e o orientalismo que estruturam as narrativas sobre a Palestina desde o século XX? Essas questões atravessam todo o artigo e conduzem à compreensão de que a memória, longe de ser apenas evocação do passado, constitui uma prática política no presente.

Nesse ponto, a reflexão de Jeanne Marie Gagnebin (2006) ajuda a aprofundar o sentido ético da rememoração. Ao afirmar que lembrar significa também agir sobre o presente, a autora nos permite compreender que a memória da *Nakba* e de outros episódios de violência não serve apenas para evitar sua repetição, mas para denunciar sua continuidade. Como enfatizado ao longo do texto, o genocídio palestino não pertence ao passado: ele está em curso enquanto estas palavras são escritas. A rememoração, nesse contexto, torna-se um gesto de ruptura com o silêncio imposto por ideologias

coloniais e uma exigência de posicionamento por parte da sociedade, da academia, dos historiadores e das instituições de ensino.

Essa exigência recoloca, de forma incontornável, o papel da história pública e do ofício do historiador. Se, como lembra Walter Benjamin (1996, p. 225), “nunca houve um monumento de cultura que não fosse também um monumento de barbárie”, cabe ao historiador reconhecer que as fontes, os discursos oficiais e as narrativas midiáticas carregam marcas profundas de violência e poder. O desafio, portanto, não é apenas narrar fatos ou reunir estatísticas, mas construir interpretações que não apaguem os mortos nem releguem os sobreviventes ao esquecimento.

Esse quadro se torna ainda mais evidente quando retomamos o conceito de necropolítica, tal como formulado por Achille Mbembe (2018), discutido ao longo deste artigo. A Palestina contemporânea revela-se como um espaço no qual a soberania se exerce fundamentalmente pela gestão da morte: pela exposição sistemática da população palestina à precariedade, ao cerco, à fome, à destruição da infraestrutura civil e à negação deliberada de condições mínimas de vida. Como argumentado anteriormente, a ocupação não se limita ao controle territorial ou militar, mas articula mecanismos disciplinares, biopolíticos e necropolíticos que transformam o cotidiano em uma experiência permanente de vulnerabilidade e exceção. Assim, a disputa pela memória não pode ser dissociada da política da morte: silenciar a história palestina, enquadrar o genocídio como “conflito” ou reduzir a violência a episódios pontuais são formas de normalizar um regime que decide, cotidianamente, quem pode viver, quem pode morrer e quem pode sequer ser lembrado.

Nesse sentido, a memória pode ser compreendida, como propõe Paul Ricoeur (2007), como uma dívida ética. Uma dívida que não pode ser plenamente paga, mas que exige reconhecimento, responsabilidade e compromisso. Narrar a Questão da Palestina implica assumir que não haverá reparação completa para as violências cometidas, mas que a luta pela memória constitui, em si, uma forma de justiça histórica. Trata-se de uma escrita que se recusa a neutralidades ilusórias e reconhece que toda narrativa histórica é também uma tomada de posição.

Dessa forma, este trabalho não se propõe a oferecer respostas definitivas, mas a levantar questões e provocar reflexões sobre as disputas de memória que atravessam a Questão da Palestina. Pensar a Palestina é, ao mesmo tempo, pensar o próprio campo da História, seus limites, responsabilidades e compromissos éticos. Aos historiadores e professores de História cabe a tarefa de seguir perguntando, lembrando e ensinando — não apenas *sobre* a Palestina, mas *com* a Palestina, assumindo sua história como parte de um compromisso mais amplo.

A conclusão deste artigo, portanto, não é um ponto final, mas um convite à continuidade. A história não pode devolver as vidas perdidas, mas pode impedir que a violência colonial se esconda atrás de eufemismos. Que o ensino e a escrita da história não se furtem ao dever de nomear aquilo que Israel impõe aos palestinos: genocídio, limpeza étnica, necropolítica. Só assim será possível manter viva a memória e, com ela, a esperança de que o silêncio não triunfe sobre os mortos.

REFERÊNCIAS

- AL JAZEERA. *Israel-Gaza war death toll: Live tracker*. Publicado em 18 mar. 2025. Disponível em: <https://www.aljazeera.com/news/2025/3/18/gaza-tracker>
- BENJAMIN, Walter. *Magia e Técnica, Arte e Política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1996.
- TELES, Bárbara Caramuru. Palestina: do colonialismo e limpeza étnica ao apartheid. **Cadernos de Campo**. São Paulo: v. 33, n. 1, jul. 2024, p. 1–16.
- CÉSAIRE, Aime. *Discurso sobre o colonialismo*. São Paulo: Veneta, 2020.
- FANON, Frantz. *Pele Negra Máscaras Brancas*. Tradução de Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008.
- FANON, Frantz. *Os condenados da terra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
- GAGNEBIN, Jeanne Marie. *Lembrar, escrever, esquecer*. São Paulo: Editora 34, 2006. LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990.
- LOSURDO, Domenico. A tragédia do povo palestino. In: LOSURDO, D. *Colonialismo e luta anticolonial: desafios da revolução no século XXI*. São Paulo: Boitempo, 2020, p. 31-43.
- MBEMBE, Achille. *Necropolítica*. 3a. ed. São Paulo: n-1 edições, 2018.
- MÜLLER, Jan-Werner. *Memory & Power in Post-War Europe: Studies in the Presence of the Past*. Cambridge University Press, 2002.
- PAPPÉ, Ilan. *A Limpeza Étnica da Palestina*. Tradução de Luiz Gustavo Soares. São Paulo: Sundermann, 2012.
- PAPPÉ, Ilan. *10 mitos sobre Israel*. Rio de Janeiro: Tabla, 2022.
- RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Trad. Alain François. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.
- SAID, Edward Wadie. *A Questão da Palestina*. São Paulo: Unesp, 2012.
- SAID, Edward Wadie. *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- SAID, Edward Wadie. *Cultura e Imperialismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- PODER360. *Lula compara ataques de Israel em Gaza com ações de Hitler*. Poder360, Brasília, 18 fev. 2024. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/poder-internacional/internacional/lula-compara-ataques-de-israel-em-gaza-com-acoes-de-hitler/>. Acesso em: 1 ago. 2024.